

COMUNICADO

A Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública vem, por este meio, manifestar publicamente a preocupação com a incerteza gerada em torno dos serviços de Saúde Pública em Portugal e, consequentemente, do direito constitucional de acesso dos portugueses à saúde.

Após anos de desafios intensos e de uma resposta considerada resiliente por parte dos profissionais de Saúde Pública, mesmo em contexto de escassez de recursos, os primeiros sinais dados em 2023 por parte do Ministério da Saúde, relativamente a esses serviços e aos seus profissionais, são inquietantes.

Perante a carga de doença da população portuguesa, a necessidade sentida por toda a sociedade de uma capacitação da Saúde Pública e havendo disponibilidade de instrumentos financeiros, como o Plano de Recuperação e Resiliência, as opções políticas de um Governo com maioria absoluta não deveriam ser as de criar redundâncias de instituições/hierarquias decisórias.

Em particular na área da promoção da saúde, tais medidas não se focam na efetividade e eficiência de intervenção, ao contrário do que seria expectável e desejável, necessárias na Saúde Pública e no Estado, para gerar concertação de esforços e massa crítica para dar resposta às necessidades de saúde da população portuguesa. Referimo-nos especificamente, à retirada de competências à Direção-Geral de Saúde (DGS) (Portaria 38/2023, de 31 de janeiro e Despacho n.º 4639/2023, de 18 de abril) e o anúncio de uma Agência de Promoção de Saúde, em termos incertos, com muito provável sobreposição de competências com a Divisão de Promoção e Educação para a Saúde da DGS e Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. A retirada do Programa Nacional de Saúde Mental como Programa Prioritário da DGS em 2021 (extinto, por nomeação da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental pelo Decreto-Lei nº 113/2021 de 14 de dezembro) foi um prenúncio do que se afigura ser uma deliberada asfixia institucional da DGS.

Estes processos correm paralelamente à nomeação de uma nova Comissão de Reforma de Saúde Pública - a terceira desde 2016 - empenhando mais recursos e pessoas de boa vontade em nova discussão, com um lastro de utilidade, na melhor das hipóteses, residual das comissões anteriores. As mudanças efetuadas e anunciadas, na ausência da conclusão dos trabalhos dessa comissão ou mesmo antes de sequer ser reconduzida, sugerem uma visão não declarada de reforma, sem consideração plena dos contributos dos profissionais do terreno que trabalham, todos os dias, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), para a melhoria da Saúde Pública em Portugal. Não nos parece uma forma correta de abordar uma temática tão estruturante e, sobretudo, de capacitar os serviços de Saúde Pública para os desafios presentes e dos próximos anos, os quais têm sido sublinhados por organizações internacionais para melhorar a resposta perante desafios tão importantes como o que nos foi colocado pelo SARS-CoV-2.

Por um lado, reconhecemos vontade e alinhamento da Direção Executiva do SNS que tem encontrado espaço para uma visão construtiva que integra a Saúde Pública como um pilar equidistante de nível de cuidados populacionais essenciais na implementação das Unidades

Locais de Saúde para maximizar a sua utilidade para as populações a nível local. Por outro lado, a Saúde Pública necessita de uma estrutura vertical, alinhada a nível regional e nacional, para que seja possível dar resposta de forma integrada na proteção, promoção da saúde e prevenção da doença. Uma vez mais, é um direito que todos os portugueses têm. É de salientar que não há verdadeira transformação do SNS sem o reforço da independência e modernização dos Serviços de Saúde Pública, começando no nível nacional, acompanhada por instrumentos e financiamento que permitam uma efetiva operacionalização das suas funções, definidas em diplomas legais e amplamente reconhecidas por organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde. Em plena transição digital do sistema de saúde, a gestão inteligente de informação parece desarticulada do Sistema de Saúde Pública existente.

Defendemos uma visão moderna e, sobretudo, oportunidades de aproveitamento das competências dos Médicos de Saúde Pública e dos Serviços de Saúde Pública, como um todo, que podem fazer a diferença para o SNS no novo quadro de Unidades Locais de Saúde, com destaque para os recém-especialistas que precisam mais do incentivo de projetos de futuro, com uma prática menos burocratizada e mais centrada nas atividades com valor para as populações, sob o risco de agravar a fuga já em curso para instituições privadas e internacionais com melhores condições. Estamos disponíveis para colaborar construtivamente na capacitação e organização dos serviços de Saúde Pública e na formação dos profissionais, mas exige-se transparência nas intenções e nos processos.

É assim, com inquietação, que assistimos a uma aparente vontade insidiosa de desvalorização da Especialidade Médica de Saúde Pública e da figura de Autoridade de Saúde, sem declaração de intenções claras nem ancoradas numa visão participada. Para além de termos pedido audiência ao Ministro da Saúde, iremos continuar a dar nota a outras entidades com responsabilidades da situação existente, sendo que tencionamos também levar este tema a um Fórum Médico de Saúde Pública a curto prazo.

Pela Direção da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública

Presidente da ANMSP